


Certifico que este ato foi publicado
no placar Oficial do Município.

Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

Goiás-GO, 06/07/2021

LEI Nº 282, DE 06 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração
e a execução da Lei Orçamentária para o
exercício de 2022 e dá outras providências.


Sec. Adm. e Finanças
Dorival Salomé de Aquino
Secretário Municipal de
Administração e Finanças

**A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÁS APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE
LEI:**

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Goiás, para o exercício de 2022, será elaborado e executado, observando-se as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais da Administração Pública Municipal;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura e Organização dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração e a Execução do Orçamento do Município e suas alterações;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação e sua Adequação Orçamentária;
e
- VIII - as Disposições Gerais.

CAPÍTULO I DAS METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Seção I Diretrizes Gerais

Art. 2º Em cumprimento ao estabelecido no art. 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2022, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria da Secretaria Nacional do Tesouro – STN, nº 637, de 18 de outubro de 2012, alterada pela Portaria STN nº 553, de 22 de dezembro de 2014.

Art. 3º A Lei Orçamentária Anual abrangerá os órgãos da Administração direta e as entidades da indireta constituídas pelas autarquias e fundos que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.



Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

Art. 4º O Anexo de Riscos Fiscais obedece às determinações do Manual de Demonstrativos Fiscais da Portaria STN nº 637/2012, 5ª Edição do Manual de Elaboração alterada pela Portaria STN nº 537/2013 (§ 3º do art. 4º da LRF).

Art. 5º Os Anexos de Riscos Fiscais e das Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:

- I - 01.00.00 - PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS;
- II - 01.01.00 - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS;
- III - 02.00.00 - PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS;
- IV - 02.01.00 - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS;
- V - 02.02.00 - DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR;
- VI - 02.03.00 - DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES;
- VII - 02.04.00 - DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO;
- VIII - 02.05.00 - DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS;
- IX - 02.06.00 - DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA; E
- X - 02.07.00 - DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo único. Os demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

Seção II
Riscos Fiscais e Providências

Art. 6º Em cumprimento ao § 3º do art. 4º, da LRF, esta Lei de Diretrizes Orçamentárias contém o Anexo de Riscos Fiscais e Providências, com avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Seção III
Metas Anuais

Art. 7º Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos a Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes.

§ 1º Os valores correntes dos exercícios de 2022, 2023 e 2024, deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou

Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

atividades, sendo que os valores constantes utilizam o parâmetro do índice oficial de inflação anual, dentre os sugeridos na Portaria STN nº 637/2012.

§ 2º Os valores da coluna “% PIB”, serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo Produto Interno Bruto – PIB, Estadual, multiplicados por 100 (cem).

Seção IV
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Art. 8º Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Seção V
Metas Fiscais Atuais Comparadas Com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Art. 9º De acordo com o § 2º, item II, do art. 4º, da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo único. Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já referidos no Demonstrativo I.

Seção VI
Evolução do Patrimônio Líquido

Art. 10. Em obediência ao § 2º, inciso III, do art. 4º, da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido deve traduzir as variações do Patrimônio do Município e sua Consolidação.

Seção VII
Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Art. 11. O § 2º, inciso III, do art. 4º, da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos



Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

servidores públicos; e o Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Seção VIII
Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Art. 12. Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Seção IX
Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 13. O art. 17, da LRF, considera obrigatória e de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente público obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo único. O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

Seção X
Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Pública
Subseção I

Metodologia e memória de cálculo das metas anuais das receitas e despesas

Art. 14. O § 2º, inciso II, do art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo único. De conformidade com a Portaria STN nº 637/2012, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2022, 2023 e 2024.



Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito
Subseção II

Metodologia e memória de cálculo das metas anuais do resultado primário

Art. 15. A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo único. O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, nos termos das regras expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, e das normas da contabilidade pública.

Subseção III

Metodologia e memória de cálculo das metas anuais do resultado nominal

Art. 16. O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo único. O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

Subseção IV

Metodologia e memória de cálculo das metas anuais do montante da dívida pública

Art. 17. Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo Município que poderá ser representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo único. Para a sua apuração, utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2022, 2023 e 2024.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 18. As prioridades e metas da Administração Municipal, para o exercício financeiro de 2022, serão as definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2022 a 2025 e na Lei Orçamentária do Ano de 2022, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei, especialmente no Anexo de Metas e Prioridades para 2022.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2022 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual, não se constituindo em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2022, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar



Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 19. O orçamento, para o exercício financeiro de 2022, abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundos e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada unidade da Administração Municipal.

Art. 20. A Lei Orçamentária para o ano de 2022 evidenciará as Receitas e as Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a Fundos, Autarquias e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto à sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a Portaria do Ministro de Estado do Orçamento e Gestão – MEOG, nº 42, de 14 de abril de 1999, e a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e respectivas alterações, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas portarias.

Art. 21. A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, parágrafo único, inciso I da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 22. O Orçamento, para exercício de 2022, obedecerá, entre outros, aos princípios da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundos, Autarquias e Outras (artigos 1º, § 1º; 4º, I, "a" e 48, da LRF).

Art. 23. Os estudos para a definição do Orçamento da Receita para 2022 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12, da LRF).

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal porá, à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculos (art. 12, § 3º, da LRF).

Art. 24. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações e observadas as fontes de recursos, adotarão mecanismo de limitação de empenhos e

Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º, da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos; e
- IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 25. As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2022, poderão ser expandidas em até 2% (dois por cento), tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na correspondente Lei Orçamentária Anual (art. 4º, § 2º, da LRF).

Art. 26. Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo próprio desta Lei (art. 4º, § 3º, da LRF).

Parágrafo único. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 27. O Orçamento, para o exercício de 2022, poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas e 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento de cada unidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares (art. 5º, III, da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e, também, para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares, conforme disposto na Portaria MEOG nº 42/1999, art. 5º, e Portaria STN/SOF nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 1º de agosto de 2022, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 28. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º, da LRF).

Art. 29. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º, da LRF).

Art. 30. Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária do ano de 2022, com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências



Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados, a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, parágrafo único, e art. 50, I, da LRF).

Art. 31. A renúncia de receita estimada, para o exercício de 2022, constante do Anexo próprio desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V, e art. 14, I, da LRF).

Art. 32. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de natureza e finalidades dedicadas à educação; à saúde; de caráter assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e as voltadas para o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo no âmbito municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, alínea f, e art. 26, da LRF).

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data final de aplicação do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal).

§ 2º O prazo previsto no § 1º poderá, justificadamente, ser prorrogado por igual período.

Art. 33. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, incisos I e II, da LRF, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2022, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no inciso I, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º, da LRF).

Art. 34. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridades sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e de operação de crédito (art. 45, da LRF).

Art. 35. Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou outros ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62, da LRF).

Art. 36. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2022 a preços correntes.

Art. 37. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN/SOF nº 163/2001.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro



Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por decreto do Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara, no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI, da Constituição Federal).

Art. 38. Durante a execução orçamentária de 2022, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício (art. 167, I, da Constituição Federal).

Art. 39. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º, da LRF.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, alínea “e”, da LRF).

Art. 40. Os programas priorizados por esta lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2022, serão objetos de avaliações permanentes pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, alínea “e”, da LRF).

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 41. A Lei Orçamentária de 2022 poderá conter autorização para contratação de operações de créditos para atendimentos a despesas de capital, observado o limite de endividamento, de até 50% (cinquenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (artigos 30, 31 e 32).

Art. 42. A contratação de operações de créditos dependerá de autorização em lei específica (art. 32, parágrafo único, da LRF).

Art. 43. Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II, da LRF).

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 44. O Executivo e o Legislativo municipais, mediante lei autorizativa, poderão, no ano de 2022, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar, em caráter temporário, na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento (LOA) do ano de 2022.



Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

Art. 45. Ressalvada a hipótese do inciso X, do art. 37, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos poderes em 2022, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2021, acrescida de 5% (cinco por cento), obedecido o limite prudencial de 51,30% (cinquenta e um inteiros e trinta centésimos por cento) e 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71, da LRF).

Art. 46. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III, da LRF (art. 22, parágrafo único, V, da LRF).

Art. 47. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso estas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – rescisão de contratos de pessoal de natureza temporária.

Art. 48. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente à substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal ou, ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver, também, fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 49. O Poder Executivo poderá realizar, no exercício de 2022, concurso público para provimento de cargos de caráter efetivo, obedecendo aos limites estampados na Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO E SUA
ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 50. O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a gerações de trabalhos, empregos e rendas, ou beneficiar contribuintes integrantes de categorias de baixa renda, por intermédio de projetos, programas e ações, como Banco do Povo, Vale-feira, Projeto Alinhavar e outras iniciativas, com



Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

recursos próprios e/ou em associações e parcerias com o Estado de Goiás e a União, devendo esses benefícios serem considerados no cálculo do orçamento da receita e objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro, no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (artigos 14, 16 e 17 da LRF).

Art. 51. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização legislativa, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º, da LRF).

Art. 52. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º, da LRF).

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária, para o ano de 2022, à Câmara Municipal, no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo do ano de 2021.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2022, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até à sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de recursos.

Art. 55. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 56. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federal e Estadual, por intermédios de seus órgãos da administração direta e de entidades da administração indireta e fundacional, para a realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÁS/GO, aos 06 de julho de 2021.


ADERSON LIBERATO GOUVEA
Prefeito

Aderson Liberato Gouvea
Prefeito de Goiás

Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

**PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS PARA 2022
(Art. 5º, I)**

DESCRIÇÃO	CÓDIGO	VALOR – R\$
I – RISCOS FISCAIS ORÇAMENTÁRIOS		
Realização de despesas não passíveis de previsão em decorrência de situação de emergência ou de estado de calamidade pública (enchentes, vendavais, granizo, estiagem, geada, surtos epidêmicos e pandêmicos)	01	1.500.000,00
Diminuição de arrecadação de transferências constitucionais em decorrências de programas de recuperação da economia, isentando impostos, afetando diretamente os cofres públicos municipais.	02	1.200.000,00
Diminuição das arrecadações locais em consequência de não pagamento de impostos como IPTU, ISSQN, ITBI e outros.	03	600.000,00
TOTAL DE RISCOS FISCAIS ORÇAMENTÁRIOS		3.300.000,00
II – RISCOS FISCAIS DA DÍVIDA		
Ações judiciais que encontram-se em tramitação e ou que venham a ser ingressadas contra o Município, que possam motivar desembolso financeiro no exercício de 2022, inclusive de natureza tributária e trabalhista.	04	1.900.000,00
Depósitos judiciais relativos a ações a serem impetradas contra Município.	05	400.000,00
Aumento dos juros das dívidas previdenciárias para com o INSS e Previdência Própria, caso houver.	06	500.000,00
Aumento dos juros das dívidas para com empresas estatais (Saneago, Celg), financeiras (BB, CEF) e outras (Enel), caso houver.	07	400.000,00
TOTAL DE RISCOS FISCAIS DA DÍVIDA		3.200.000,00

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÁS/GO, aos 06 de julho de 2021.


ADERSON LIBERATO GOUVEA
Prefeito Municipal

Aderson Liberato Gouvea
Prefeito de Goiás

Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES PARA 2022
Constituição Federal, art. 165, § 2º (comando se aplica ao nível municipal)

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES PARA 2022
Constituição Federal, art. 165, § 2º (comando se aplica ao nível municipal)

**DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
(Art. 5º, X)**

O presente documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no § 2º, do art. 165, da Constituição Federal, integra esta Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento do próximo exercício em compatibilidade com o Plano Plurianual (2022-2025). Tem por objetivo estabelecer as metas e prioridades da Administração para o exercício de 2022 e as metas físicas em valores correntes, relativas às atividades e projetos a serem desenvolvidos no próximo exercício, em consonância com o Plano Plurianual, as quais se traduzem no seguinte:

- 1) Liderar a transformação do Município de Goiás um território saudável e sustentável, com a implementação de Projetos, Programas e Ações vinculadas e compatíveis com o **Plano de Governo FelizCidade, Goiás!**, com a garantia de padrões eficientes no planejamento de ação da Administração nas obras e nos serviços urbanos básicos;
- 2) Desenvolver Projetos, Programas e Ações vinculadas ao **Plano de Governo FelizCidade, Goiás!**, com as metas de aprimorar, descentralizar e tornar mais acessíveis os serviços públicos, aproximando a Gestão de cada Cidadã e Cidadão, promovendo a modernização, desburocratização e inovação tecnológica do serviço público;
- 3) Democratizar o acesso à internet, facilitando a utilização dos serviços on-line para a Cidadã e o Cidadão e elevar a Cidade de Goiás ao patamar de cidade digital, com implantação de canais de comunicação com a população, via aplicativos digitais, como um meio ágil para comunicações sobre obras e serviços públicos, de sugestões, reclamações e para acesso a informações;
- 4) Implantar Sistema Eletrônico de Informações – SEI, objetivando informatizar o fluxo de processos e documentos em toda a Administração Municipal de Goiás;
- 5) Promover o equilíbrio das finanças públicas por meio da manutenção de atividades do Tesouro Municipal e do incremento das receitas públicas e da



Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

captação de recursos com outros entes da Federação e com organismos internacionais;

- 6) Buscar a racionalização dos gastos e o equilíbrio das contas municipais por meio da modernização de sistemas de planejamento, orçamento, finanças e gestão, com identificação de oportunidades de investimentos econômicos para fomentar a geração de receitas e alocar recursos para investimentos prioritários do Setor Público;
- 7) Fomentar o desenvolvimento da cultura da participação, da transparência e do controle social da administração pública e garantir, cada vez mais, o direito de acesso à informação;
- 8) Realizar ações de pavimentação (com ênfase no bloqueamento), recuperação de vias, reforma e construção de obras civis em espaços públicos, de infraestrutura urbana, social e turística de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico de Goiás/GO;
- 9) Transformar Goiás/GO em uma cidade mais bem cuidada, promovendo uma maior identidade entre os/as vilaboenses e a urbe, proporcionando sentimento de pertencimento ao espaço local por meio de ações como: qualificação de praças, parques e vias e a integração dos bairros com o centro da cidade, principalmente os setores Bacalhau, Papyrus, Tempo Novo, Jardim das Acácias e Goiás II;
- 10) Promoção de um trânsito seguro, humanizado, ético e cidadão, visando contribuir para que as pessoas adotem comportamentos conscientes, reduzindo ainda mais os acidentes de trânsito no Município de Goiás;
- 11) Promover políticas públicas para as populações residentes no campo, nos Distritos e nos bairros;
- 12) Desenvolver as várias possibilidades do Turismo, como o Turismo Ecológico, Religioso, de Negócios, Cultural, Esportivo e outros, unindo os segmentos e instituições para fortalecer a economia do Município, qualificando e incrementando os negócios e a geração de renda;
- 13) Apoiar e atuar na recuperação de infraestrutura básica nos Projetos de Assentamentos e outras comunidades rurais do Município de Goiás;

Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

- 14) Desenvolver o turismo, unindo os segmentos e instituições para fortalecer a economia do Município, qualificando e incrementando os negócios e a geração de trabalho e renda;
- 15) Promover e fortalecer as culturas vilaboenses e o Setor Cultural no Município de Goiás, com a Democratização do acesso às políticas culturais através de fomentos (editais e demandas), com atenção para a promoção da cultura popular de Goiás, ativando e fortalecendo o Sistema Municipal de Cultura, o Conselho Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura;
- 16) Reconhecer a cultura local e a diversidade cultural como fontes de fortalecimento das comunidades tradicionais;
- 17) Preservar os bens materiais e imateriais, valorizar a memória, a tradição e os costumes de Goiás;
- 18) Finalizar a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico; aprovar o Código Municipal Ambiental; e promover a revisão do Plano Diretor;
- 19) Estimular o desenvolvimento de uma consciência sobre o Meio Ambiente no Município, estimulando a participação, a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes para a sua proteção;
- 20) Desenvolver atividades que pautem a produção de alimentos saudáveis, orientados pela perspectiva agroecológica, com a preservação do Cerrado, proteção de corpos d'água, e permitindo vida digna no campo e na cidade;
- 21) Celebrar convênios com os Governos Federal e Estadual, objetivando a execução de obras e serviços de interesse municipal;
- 22) Intensificar a promoção e a defesa de direitos da Criança e do Adolescente, articulando a execução e o monitoramento de políticas referentes à promoção e defesa dos direitos dessas categorias etárias;
- 23) Assegurar o transporte humanizado e seguro, garantindo o acesso à escola em todas as regiões do Município;
- 24) Adquirir e distribuir alimentação escolar balanceada para os Estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, a fim de incentivar e melhorar a frequência e o aprendizado, elevando os indicadores educacionais do Município;

Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

- 25) Desenvolver o esporte amador, o lazer e prestar apoio, se necessário, às entidades realizadoras e incentivadoras de atividades esportivas, criando o espírito de coletividade e competição, necessária à formação de atletas municipais;
- 26) Proteger a saúde da população e promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, processos e condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais, incentivando a produção e o consumo de alimentos saudáveis e de modo sustentável;
- 27) Promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e os riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais;
- 28) Garantir o direito à saúde de todos os cidadãos e cidadãs, enquanto direito fundamental do ser humano e prover as condições de ações individuais e coletivas de promoção, prevenção e recuperação da saúde no âmbito do Município e Região;
- 29) Oportunizar o ensino, habilitação, reabilitação e profissionalização às pessoas com deficiências;
- 30) Fiscalizar os serviços de abastecimento de água, coleta e deposição final de esgotos sanitários;
- 31) Incentivar a participação popular nas definições de políticas públicas e apoiar as associações de classes, comunitárias e ecológicas;
- 32) Criar e ampliar áreas para incentivar a instalação de indústrias e outras iniciativas de produção identificadas com as vocações do Município, nas áreas da Educação, da produção de energia limpa, de serviços, inclusive, do Terceiro Setor;
- 33) Desenvolver estratégias e ações para divulgar as atrações do Município, a fim de incentivar o turismo doméstico e estrangeiro;
- 34) Apoiar e incentivar os programas de comercialização, incluindo feiras-livres, patrulhas mecanizadas, hortas escolares, caseiras e comunitárias e recuperar o solo e promover reflorestamentos;



Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

- 35) Buscar recursos para construir habitações de interesse social; apoiar edificações de casas populares, destinadas à população de baixa renda;
- 36) Promover a capacitação permanente dos servidores públicos municipais, com a criação de uma Escola de Formação e Aperfeiçoamento da Gestão Municipal;
- 37) Mobilizar e sensibilizar a sociedade vilaboense em geral e o poder público para atenção à saúde das Mulheres, o enfrentamento à violência contra as mulheres e o combate às desigualdades de gênero;
- 38) Ampliar, reformar e construir Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação; aumentar a frota de ônibus *Caminhos da Escola* e dotar a Coordenação de Transportes para o apoio à frota e a fiscalização das rotas;
- 39) Construir, ampliar e reformar equipamentos para práticas esportivas, com recuperação de espaços e equipamentos de esportes e lazer para a comunidade escolar e para a comunidade em geral;
- 40) Dar continuidade aos programas e ações assistenciais em conformidade com as novas diretrizes do Sistema Único da Assistência Social – SUAS (CRAS, CREAS, ABRIGOS);
- 41) Incentivar a criação e o desenvolvimento de cursos de qualificação e requalificação profissional em parcerias com entidades instaladas no Município;
- 42) Incentivar e fomentar o associativismo e cooperativismo e outras modalidades de organizações voltadas ao desenvolvimento econômico do Município, com geração de oportunidades de trabalhos, empregos e rendas;
- 43) Dar continuidade aos programas e ações públicas de saúde em conformidade com as novas diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS;
- 44) Promover investimentos em legislação e execução de políticas, planos e programas de recuperação e preservação ambiental, com a aporte de investimentos na estruturação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para otimizar a realização da Política Nacional do meio Ambiente, no que lhe couber;
- 45) Melhorar a estrutura operacional da Secretaria de Meio Ambiente, com aquisição de equipamentos, instrumentos, veículo, e de recursos humanos, composição de equipe para descentralização da secretaria, e para desenvolver atividades de licenciamento e fiscalização ambientais;

Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

- 46) Elaborar a Política Municipal de Meio Ambiente, do Código Ambiental Municipal, do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- 47) Realizar investimentos em projetos de recuperação e preservação ambiental: investir em programa de saneamento básico, de recuperação e preservação ambiental, a partir de projetos de recuperação de bacias hidrográficas, com ações dirigidas à proteção e à recuperação de nascentes de águas e de recuperação de áreas degradadas, bem como ampliar a coleta seletiva e estimular a prática da produção de compostagem;
- 48) Investir em projetos de educação/sensibilização ambiental;
- 49) Equipar a Unidade Administrativa do Controle Interno para tornar mais eficiente a fiscalização e para dar mais transparência à gestão da coisa pública;
- 50) Incrementar o Fundo Municipal de Turismo, por meio da Contribuição Voluntária do Turismo – CVT, e outras receitas;
- 51) Realizar a adesão a Programas de Melhoria do Acesso e Qualidade na Atenção Básica – PMAQ, Saúde na Escola e ao Projeto Olhar Brasil, anualmente;
- 52) Agendar exames de alto custo conforme pactuação, ampliar o Programa de Imunização, instalando novas salas de vacina, fiscalizar e apurar denúncias dirigidas à Coordenação de Vigilância Sanitária;
- 53) Garantir tratamento de todos os pacientes com diagnóstico confirmado de hanseníase, tuberculose ou outras doenças contagiosas;
- 54) Apoiar a realização de pré-conferências, conferências e plenárias do Conselho Municipal de Saúde, garantir Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para todos os profissionais;
- 55) Apoiar a estruturação do Hospital São Pedro D'Alcântara para a realização de exames de imagem e diagnóstico; implantar a academia da saúde; reformar e ampliar Unidades Básicas de Saúde – UBS;
- 56) Modernizar a Administração Pública Municipal: estruturar e aperfeiçoar o sistema da internet para que toda a Administração seja conectada, com atualização de equipamentos e softwares de informática;

Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

- 57) Promover o desenvolvimento urbano de forma inclusiva, segura e sustentável, em consonância com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, declarados pela organização das Nações Unidas e a Nova Agenda Urbana – NAU, com implantação de espaços públicos socialmente interativos e flexíveis;
- 58) Promover a cultura e o respeito pela diversidade e igualdade como elementos fundamentais na humanização dos serviços públicos;
- 59) Assegurar a integração dos serviços públicos de forma equitativa e intersetorial;
- 60) Promover a articulação intersetorial entre o Poder Público Municipal, outros órgãos governamentais e Sociedade Civil na formulação e execução de ações transdisciplinares integradas à melhoria dos indicadores sociais, em áreas expostas às situações de risco e vulnerabilidade social, com foco especial na prevenção e na oferta de oportunidades para inclusão social, com possibilidades de rompimento com racismo e desigualdade de gênero, buscando desenvolver a cultura de paz;
- 61) Promover o equilíbrio de direitos e interesses no desenvolvimento urbano através do controle proativo;
- 62) Intensificar ações de Regularização Fundiária Urbana;
- 63) Implantar o IPTU progressivo;
- 64) Ampliar e assegurar a manutenção e operação dos equipamentos e serviços públicos para a Pessoa Idosa;
- 65) Articular e executar ações de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos fundamentais das seguintes políticas: para mulheres, para juventude, para igualdade racial e para os direitos humanos, visando oportunizar ações de cidadania e inclusão social, com tratamento afirmativo de gênero e raça a empreendimentos de pessoas pretas e de mulheres;
- 66) Adotar a linguagem inclusiva de gênero na Legislação Municipal;
- 67) Formular, coordenar e articular as Políticas Públicas para as mulheres por Meio de um Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, com ampla participação das organizações comunitárias e sociais específicas do Município;
- 68) Criar e estruturar o Conselho da Mulher do Município de Goiás;



**Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito**

- 69) Estabelecer e implantar Política Pública para Equidade Racial; instituir o Plano Municipal de Políticas Públicas para Equidade Racial, com ampla participação das organizações comunitárias e sociais específicas do Município;
- 70) Realizar a Regularização Fundiária urbana em territórios demarcados como quilombo;
- 71) Estabelecer e implantar Política Pública de Proteção à Saúde Animal no âmbito do Município;
- 72) Estimular iniciativas e práticas de Economia Solidária e de Economia Criativa, promovendo ações de naturezas sustentáveis e inclusivas;
- 73) Apoiar a implantação de Unidade de Referência Tecnológica, como pontos de referência de produção e incentivo para agricultores assentados e tradicionais, em parceria com instituições de educação, EMBRAPA, EMATER;
- 74) Adquirir equipamentos, implementos e ferramentas agrícolas para apoiar pequenos projetos de produção agroecológica, contando com a participação da comunidade;
- 75) Apoiar projetos de hortas caseiras e comunitárias e quintais agroecológicos;
- 76) Instituição de programa de apoio à geração de trabalho, emprego e renda, incluída a implantação de política de microcrédito (criação do Banco do Povo; Projeto Alinhavar; Vale Feira com aquisição da produção da Agricultura Familiar e outras iniciativas);
- 77) Desenvolver ações de combate e enfrentamento à Corona-vírus, durante e pós-pandemia;
- 78) Implementar, em consórcio com outros entes federativos, plano de imunização da população contra a Corona-vírus.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÁS/GO, aos 06 de julho de 2021.


ADERSON LIBERATO GOUVEA
Prefeito Municipal

Aderson Liberato Gouvea
Prefeito de Goiás

**Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito**

METAS RELATIVAS ÀS RECEITAS PARA 2022

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

**DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE
RECEITA
(Art. 5º, II e IX)**

- a) Revisar e atualizar as alíquotas fixadas para cada espécie de imposto, visando à ampliação da receita tributária;
- b) Atualizar e manter atualizados os cadastros imobiliário e de atividades econômicas.

OUTRAS METAS E PROVIDÊNCIAS:

- a) Adequar as despesas correntes à arrecadação;
- b) Reduzir significativamente o déficit financeiro.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÁS/GO, aos 06 de julho de 2021.


ADERSON LIBERATO GOUVEA
Prefeito Municipal

Aderson Liberato Gouvea
Prefeito de Goiás

**Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito**

**PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS PARA 2022
DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS
(Art. 5º, III e IV)**

O presente documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no § 1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento do exercício.

Tem por objetivo estabelecer as metas fiscais em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultados primário e nominal e ao montante da dívida do Município, para o exercício de 2022 e para os dois seguintes.

Para sua elaboração foram observadas as orientações constantes do Manual aprovado pela Portaria STN nº 553, de 22/09/2014, e é composto dos seguintes demonstrativos:

PARTE I – METAS ANUAIS

Demonstrativo I – Metas Anuais

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior

Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido


Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Demonstrativo VI – Avaliação da situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÁS/GO, aos 06 de julho de 2021.


ADERSON LIBERATO GOUVEA
Prefeito Municipal

Aderson Liberato Gouvea
Prefeito de Goiás

Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

MEMORIAL DA ESTIMATIVA DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA EM 2022

DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

(Art. 5º, V, VI, VII e VIII)

(Valores sujeitos a alterações, ajustes e incidência de novos parâmetros para efeito de elaboração da Proposta Orçamentária para 2022)

IPTU

A estimativa de arrecadação, para o período de 2022, tem como base o comportamento da arrecadação dos últimos três exercícios, com o acréscimo da atualização de 6% (seis por cento) ao ano. Exclui-se na estimativa o crescimento gerado pela reavaliação, redefinição da área urbana do Município, atualização da planta urbana e recadastramento de unidades habitacionais, além da possibilidade de correção do valor venal dos imóveis.

ITBI

A estimativa tem como base a evolução histórica da arrecadação, observado o comportamento da arrecadação dos últimos três exercícios, com o acréscimo da atualização de 6% (seis por cento) ao ano. A reavaliação e redefinição da área urbana do Município e a atualização da planta urbana, também, deve influenciar no crescimento desta receita.

ISS

Sobre o valor histórico de arrecadação, aplicou-se o índice crescimento de 6% (seis por cento) ao ano, motivado pelo crescimento do movimento de serviços no Município, prevendo-se a arrecadação para 2022.

IRRF

A estimativa para o período, a partir de 2022, considerará os aspectos da alteração da tabela do Imposto de Renda e o incremento desta receita pelo reajuste da folha de pagamento dos servidores municipais. Aplicou-se a projeção inflacionária para os exercícios seguintes.

TAXAS - Poder de Polícia

Com base no valor histórico das arrecadações, acrescido do incremento real estimado para os próximos exercícios, estima-se um crescimento de 6% (seis por



Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

cento) a partir de 2022. Influencia, também, sobre este item, a atualização da planta urbana. Aplicou-se a projeção inflacionária para os exercícios seguintes.

TAXAS - Prestação de Serviço

O valor histórico de arrecadação possibilita uma receita, em 2022, com crescimento em torno de 6% (seis por cento) a.a. para os exercícios seguintes. Nos Orçamentos serão identificadas as fontes de receitas, na forma da legislação.

RECEITAS PATRIMONIAIS

Está estimada uma receita, a partir de 2022, com crescimento projetado em 6% (seis por cento) para os exercícios seguintes. As receitas patrimoniais englobam receitas de aplicação de valores, ganhos com ações e outras de natureza financeira.

OUTRAS RECEITAS / RECEITAS DE SERVIÇOS

Denominam-se como outras receitas aquelas provenientes de fontes ou natureza não identificadas. Estima-se, a partir de 2022, com pequena variação a partir de então, que as receitas de serviços poderão ocorrer no caso do Município realizar serviços a terceiros mediante remuneração, com uma possibilidade de crescimento de até 5%.

TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS
COTA-PARTE DO FPM

O valor estimado, a partir de 2022, para esta receita, tem como base o comportamento da arrecadação dos últimos três exercícios, com o acréscimo da atualização de 5% ao ano, além da possibilidade de crescimento nominal, resultante de uma reforma tributária (tramitando no Congresso Nacional).

TRANSFERÊNCIAS DO SUS

Referem-se a transferências de recursos advindos do Ministério da Saúde, resultado de programas instituídos pelo Governo Federal, voltadas à Atenção Básica da Saúde.

OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

Para efeito de estimativa, consideramos como Outras Transferências da União os valores arrecadados na forma de Fundo Especial, CFM, ITR, CIDE, receitas não classificadas e outras receitas de pequena expressão. Na proposta orçamentária, as origens serão estimadas por fonte.

TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS
COTA-PARTE DO ICMS



Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

Para projeção dos repasses desta receita, levou-se em consideração os dados históricos, acrescido da expectativa de crescimento do valor adicionado e da correção inflacionária de 6% (seis por cento) a partir de 2022.

COTA PARTE DO IPVA

Estimou-se a arrecadação, a partir de 2022, com base nos dados históricos e no crescimento gradativo da frota de veículos licenciados no Município. Para os exercícios seguintes estimou-se a manutenção do crescimento da frota veicular e correção inflacionária, com um acréscimo de até 6% (seis por cento).

TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

A projeção histórica desta receita, com base no número de alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, remete para a estimativa de arrecadação, em 2022, para até 6% (seis por cento).

DÍVIDA ATIVA

Os valores históricos levantados, consideradas as execuções fiscais protocoladas e ou em fase administrativa, remetem a um valor estimado, para o exercício de 2022, na ordem de 6% (seis por cento) em relação ao exercício anterior. A partir do próximo ano, estima-se um crescimento proporcional a 6% (seis por cento) ao ano. Caso a receita da Dívida Ativa venha ultrapassar a estimativa, serão utilizados os recursos para reserva financeira e contrapartidas de convênios.

ALIENAÇÃO DE BENS

A receita média estimada para o período é proveniente do leilão de bens obsoletos, além da possibilidade de alienação de imóveis.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
TRANSFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL

Tem como base os projetos encaminhados e não concretizados, até o presente exercício, acrescidos dos projetos a encaminhar aos órgãos do Governo Federal e do Governo Estadual. Na proposta Orçamentária, os valores serão estimados de acordo com os Projetos em andamento.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÁS/GO, aos 06 de julho de 2021.



ADERSON LIBERATO GOUVEA
Prefeito Municipal

Aderson Liberato Gouvea
Prefeito de Goiás

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2021

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
TOTAL						

Fonte:

NOTA EXPLICATIVA

NÃO ESTAR PREVISTA A RENUNCIA DE RECEITA

ADERSON LIBERATO GOUVEA
341.175-801-59
PREFEITO MUNICIPAL


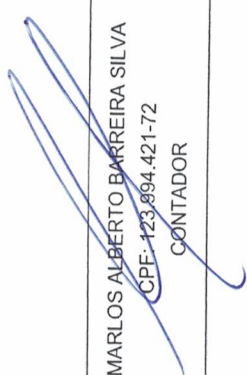
MARLOS ALBERTO BARREIRA SILVA
123.994.421-72
CONTADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2021

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB	% RCL	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB	% RCL	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB	% RCL
	Receitas Total	118.813.700,00	118.813.700,00	50,3107	119,7614	118.813.700,00	118.813.700,00	50,3107	119,7614	123.566.248,00	123.566.248,00	50,3107
Receitas Primárias (I)	118.215.700,00	118.215.700,00	50,0575	119,1586	118.215.700,00	118.215.700,00	50,0575	119,1586	122.944.328,00	122.944.328,00	50,0575	119,1586
Despesas Total	118.813.700,00	118.813.700,00	50,3107	119,7614	137.776.997,82	137.776.997,82	58,3405	138,8759	143.288.077,73	143.288.077,73	58,3405	138,8759
Despesas Primárias (II)	118.009.700,00	118.009.700,00	49,9702	118,9510	136.972.997,82	136.972.997,82	58,0001	138,0655	142.451.917,73	142.451.917,73	58,0001	138,0655
Resultado Primário (III) = (I - II)	206.000,00	206.000,00	0,0872	0,2076	-18.757.297,82	-18.757.297,82	-7,9426	-18,9069	-19.507.589,73	-19.507.589,73	-7,9426	-18,9069
Resultado Nominal												
Dívida Pública Consolidada												
Dívida Consolidada Líquida												
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)												
Despesas Primárias geradas por PPP (V)												
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)												

Fonte: Sistema Megasoftware Ltda. Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS Data: 07/07/2021 Hora: 14:10

NOTA EXPLICATIVA
 ADERSON LIBERATO GOUVEIA CPF: 341.175.801-59 PREFEITO MUNICIPAL
 MARLOS ALBERTO BARREIRA SILVA CPF: 123.894.421-72 CONTADOR



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS


Cidade de
Goiás
Nossa gente. Nosso patrimônio.

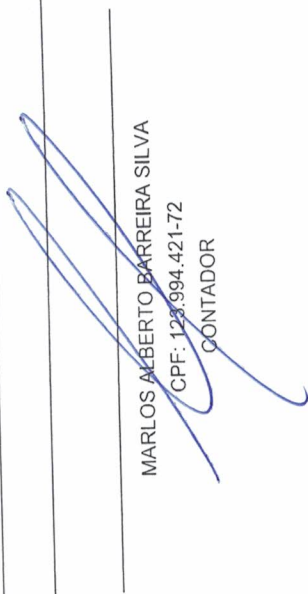
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2021

RS

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2019			METAS REALIZADAS EM 2019			VARIÇÃO	
	% PIB	% RCL	VALOR	% PIB	% RCL	VALOR	% RCL	%
Receitas Total	0,0000	122,4841	106.800.000,00	0,0000	0,0000	-106.800.000,00	0,0000	-1,0000
Receitas Primárias (I)	0,0000	121,8923	106.284.000,00	0,0000	0,0000	-106.284.000,00	0,0000	-1,0000
Despesas Total	0,0000	122,4841	106.800.000,00	0,0000	5,2437	-102.227.791,20	5,2437	-0,9572
Despesas Primárias (II)	0,0000	121,3326	105.796.000,00	0,0000	5,2437	-101.223.791,20	5,2437	-0,9568
Resultado Primário (III) = (I - II)	0,0000	0,5597	488.000,00	0,0000	-5,2437	-5.060.208,80	0,0000	-10,3693
Resultado Nominal	0,0000	0,0000		0,0000	0,0000		0,0000	0,0000
Dívida Pública Consolidada	0,0000	0,0000		0,0000	0,0000		0,0000	0,0000
Dívida Consolidada Líquida	0,0000	0,0000		0,0000	0,0000		0,0000	0,0000

NOTA EXPLICATIVA


ADERSON LIBERATO GOUVEA
CPF: 341.175.801-59
PREFEITO MUNICIPAL


MARLOS ALBERTO BARREIRA SILVA
CPF: 123.994.421-72
CONTADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2021

AMF, Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											R\$ milhares
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Receita Total	101.950.000,0	106.800.000,0	4,76	115.180.700,0	7,85	118.813.700,0	3,15	118.813.700,0	0,00	123.566.248,0	4,00	
Receitas Primárias (I)	101.434.000,0	106.284.000,0	4,78	114.592.700,0	7,82	118.215.700,0	3,16	118.215.700,0	0,00	122.944.328,0	4,00	
Despesa Total	101.950.000,0	106.800.000,0	4,76	115.180.700,0	7,85	118.813.700,0	3,15	137.776.997,8	15,96	143.288.077,7	4,00	
Despesas Primárias (II)	100.946.000,0	105.796.000,0	4,80	114.176.700,0	7,92	118.009.700,0	3,36	136.972.997,8	16,07	142.451.917,7	4,00	
Resultado Primário (I - II)	488.000,00	488.000,00	0,00	416.000,00	-14,75	206.000,00	-50,48	-18.757.297,8	-9,205	-19.507.589,7	4,00	
Resultado Nominal	0,00	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	101.950.000,0	106.800.000,0	4,76	115.180.700,0	7,85	118.813.700,0	3,15	118.813.700,0	0,00	123.566.248,0	4,00
Receitas Primárias (I)	101.434.000,0	106.284.000,0	4,78	114.592.700,0	7,82	118.215.700,0	3,16	118.215.700,0	0,00	122.944.328,0	4,00
Despesa Total	101.950.000,0	106.800.000,0	4,76	115.180.700,0	7,85	118.813.700,0	3,15	137.776.997,8	15,96	143.288.077,7	4,00
Despesas Primárias (II)	100.946.000,0	105.796.000,0	4,80	114.176.700,0	7,92	118.009.700,0	3,36	136.972.997,8	16,07	142.451.917,7	4,00
Resultado Primário (I - II)	488.000,00	488.000,00	0,00	416.000,00	-14,75	206.000,00	-50,48	-18.757.297,8	-9,205	-19.507.589,7	4,00
Resultado Nominal	0,00	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0

Fonte: Sistema Megasoft Informática Ltda. Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS Data: 07/07/2021 hora: 14:13

NOTA EXPLICATIVA

ADERSON LIBERATO GOUVEA

CPF: 341.175.801-59

PREFEITO MUNICIPAL

MARLOS ALBERTO BARREIRA SILVA

CPF: 123.994.421-72

CONTADOR

ESTADO DE GOIAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2021

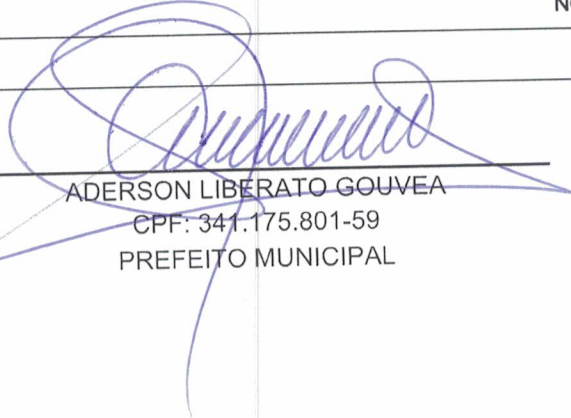
AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

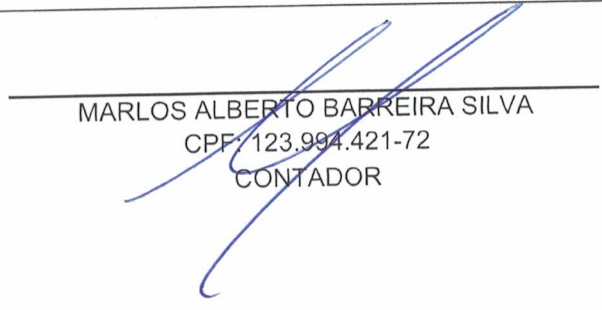
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	47.005.270,24	100,00	42.542.149,19	100,00	23.834.589,27	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	47.005.270,24	100,00	42.542.149,19	100,00	23.834.589,27	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO RPPS	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Megasoftware Informática Ltda. Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS Data: 07/07/2021 hora: 14:14

NOTA EXPLICATIVA



ADERSON LIBERATO GOUVEA
CPF: 341.175.801-59
PREFEITO MUNICIPAL


MARLOS ALBERTO BARREIRA SILVA
CPF: 123.994.421-72
CONTADOR

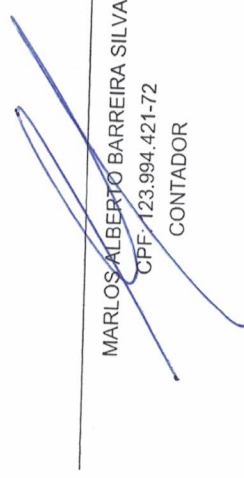
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO CONSOLIDADO
2021

LRF, art 5º, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	2021	R\$
RECEITA TOTAL		
(-) RECEITA NÃO PRIMÁRIA		118.813.700,00
- APLICAÇÃO MERCADO DE CAPITALS, OPERAÇÃO DE CRÉDITO		598.000,00
- OPERAÇÃO DE CRÉDITO		
- ALIENAÇÃO DE BENS		
- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		
RECEITA PRIMÁRIA		
DESPESA TOTAL		118.215.700,00
(-) DESPESA NÃO PRIMÁRIA		118.813.700,00
- ENCARGOS COM A DÍVIDA		
- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		
- CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS		804.000,00
DESPESA PRIMÁRIA		
RESULTADO PRIMÁRIO		118.009.700,00
		206.000,00



ADERSON LIBERATO GOUVEA
CPF: 341.175.801-59
PREFEITO MUNICIPAL



MARLOS ALBERTO BARREIRA SILVA
CPF: 123.994.421-72
CONTADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2021

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2019	2018	2017	R\$
RECEITAS DE CAPITAL (I)				
ALIENAÇÃO DE ATIVOS				
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00		0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00		0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00		0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00		0,00
TOTAL	0,00	0,00		0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2019	2018	2017
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	759.600,00	1.053.108,98	0,00
Inversões Financeiras	759.600,00	1.053.108,98	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência Social			
TOTAL	759.600,00	1.053.108,98	0,00

SALDO FINANCEIRO	2019	2018	2017
VALOR (III)	-759.600,00	-1.053.108,98	0,00

Fonte: Sistema Megasoft Informática Ltda. Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS Data: 07/07/2021 hora: 14:14

NOTA EXPLICATIVA


ADERSON LIBERATO GOUVEA

341.175.801-59


MARLOS ALBERTO BARREIRA

123.994.421-72

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF - Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO

	2017	2018	2019
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES(I)			
Receitas de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF - Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

	2017	2018	2019	R\$ 1,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVID. RPPS-(IV)=(+III-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS				
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS(V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI)=(IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
	2017	2018	2019	





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF - Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

	2017	2018	2019	R\$ 1,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS				
Plano de Amortização-Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização-Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS				
RECEITAS CORRENTES(VII)				
Receitas de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00



Cidade de
Goiás

Nossa gente. Nosso patrimônio.

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS

PÁG.: 0004

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF. Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

	2017	2018	2019
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVID.RPPS-(IX)=(VII+VIII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF - Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

	2017	2018	2019	RS 1,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS				
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS(X)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI)=(X-X)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS				
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS-(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS				
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV)=(XIII+XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI)=(XII-XV)	0,00	0,00	0,00	0,00





Cidade de
Goiás

Nossa gente. Nosso patrimônio.

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS

PÁG: 0

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF. Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FIN. EXERC
2022	0,00	0,00	0,00	0,00

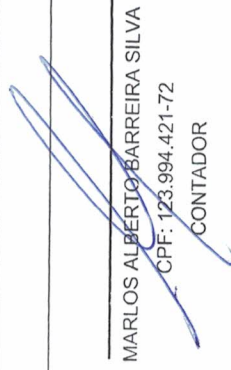
PLANO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FIN. EXERC

Fonte: Sistema Megasoftware Ltda. Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS Data: 07/07/2021, Hora: 14:15

NOTA EXPLICATIVA


ADERSON LIBERATO GOUVEA
CPF: 341.175.801-59
PREFEITO MUNICIPAL


MARLOS ALBERTO BARREIRA SILVA
CPF: 123.994.421-72
CONTADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2021

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTO	VALOR PREVISTO PARA 2021	R\$
Aumento Permanente da Receita		0,00
(-) Transferências Constitucionais		0,00
(-) Transferências ao FUNDEB		0,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)		0,00
Redução Permanente da Despesa (II)		0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)		0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		0,00
Novas DOCC		0,00
Novas DOCC Geradas por PPP		0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)		0,00

Fonte: Sistema Megasoftware Informática Ltda. Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS Data: 07/07/2021 hora: 14:16

NOTA EXPLICATIVA



ADERSON LIBERATO GOUVEIA

CPF: 341.175.801-59

PREFEITO MUNICIPAL



MARLOS ALBERTO BARREIRA SILVA

CPF: 123.994.421-72

CONTADOR



ESTADO DE GOIAS
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 2021

ARF(LRF,art 4º, § 3º)

R\$

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Demandas Judiciais : PROCESSOS NA JUSTIÇA	200.000,00	USAREMOS A RESERVA DE CONTIGENCIA	200.000,00
Dividas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	200.000,00	SUBTOTAL	200.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções			
Outros Riscos Fiscais : SE PERDURAR A CRISE PELO CORONAVIRUS, VAMOS PERDER ARRECAÇÃO	1.000.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS E CORTE DE GASTOS	1.000.000,00
SUBTOTAL	1.000.000,00	SUBTOTAL	1.000.000,00
TOTAL	1.200.000,00	TOTAL	1.200.000,00

Fonte: Sistema Megasoft Informática Ltda. Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS Data: 7 de jul de 2021 14:18:13

NOTA EXPLICATIVA

 ADERSON LIBERATO GOUVEA
 341.175.801-59

 MARLOS ALBERTO BARREIRA
 123.984.421-72